

Conhecimentos específicos:

Recrutamento e selecção de pessoal docente e não docente;
Avaliação de desempenho;
Formação e desenvolvimento;
Gestão previsional de efectivos;
Planeamento de carreiras;
Regime geral de carreiras da Administração Pública;
Estatuto da Carreira Docente Universitária;
Quadros e carreiras;
Formação de natureza comportamental;
Protocolo;
Informação e divulgação;
Línguas estrangeiras (inglês e francês);
A Universidade e o meio social;
Gestão financeira, patrimonial e orçamental;
Contabilidade pública, geral e analítica;
Regime de realização de despesas públicas (aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas), seu regime jurídico e fiscalização;
Orçamento do Estado — noção, elaboração e execução (regras, dotações orçamentais e duodecimais, cabimentos, reforços e transferências).

Conhecimentos gerais sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo;
Regime de acesso ao ensino superior;
Regime jurídico dos estudos universitários;
Avaliação do ensino superior;
Concepção, planeamento, avaliação, controlo e execução de projectos;

Materiais, caracterização, técnicas analíticas correntes;
Metrologia, erros e estatística;
Desenho técnico e ou CAD;
Projecto de instalações laboratoriais;
Ergonomia, segurança e ambiente;
Aquisição, registo e tratamento de dados;
Projecto de equipamentos e montagens laboratoriais na área da especialidade.

Legislação e bibliografia

Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto de 2003, regulamentada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho;
Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro;
Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Despacho n.º 4249/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 25 de Fevereiro de 2005;
Resolução SU n.º 56/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 21 de Maio de 2004;
Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 155/89, de 11 de Maio;
Decreto-Lei n.º 162/89, de 13 de Maio;
Decreto-Lei n.º 170/96, de 19 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 64/94, de 28 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 101/95, de 19 de Maio;
Lei n.º 22/95, de 18 de Julho;
Decreto-Lei n.º 78/96, de 20 de Junho;
Decreto-Lei n.º 128/98, de 13 de Maio;
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;
Portaria n.º 949/99, de 28 de Outubro;
Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 78/2006, de 4 de Abril;
Decreto-Lei n.º 79/2006, de 4 de Abril;
Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Março;
Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de Novembro;
Decreto-Lei n.º 26/94, de 1 de Fevereiro;
Decreto-Lei n.º 109/2000, de 30 de Junho;
Lei n.º 7/95, de 29 de Março;
Decreto-Lei n.º 133/99, de 21 de Abril;
Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro;
Portaria n.º 101/96, de 3 de Abril;
Decreto-Lei n.º 410/98, de 23 de Dezembro;
Portaria n.º 1276/2002, de 19 de Setembro;

Decreto-Lei n.º 110/2000, de 30 de Junho;
Lei n.º 14/2001, de 4 de Junho;
Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de Dezembro;
Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de Outubro;
Portaria n.º 987/93, de 6 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de Junho;
Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de Abril;
Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de Outubro.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Escola Superior de Saúde da Guarda

Rectificação n.º 1239/2006

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 8085/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 17 de Julho de 2006, rectifica-se que onde se lê «19 de Junho de 2003» deve ler-se «19 de Junho de 2006».

17 de Julho de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Maria José Martins Amaro Barata da Silva*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho n.º 16 045/2006

Por despachos de 9 de Março de 2006 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Foi autorizado a Andreia Sofia Fernandes da Costa o contrato administrativo de provimento como encarregada de trabalhos, em regime de tempo parcial a 50 %, no período de 10 de Março a 15 de Setembro de 2006, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal ilíquida de € 474, 83, por urgente conveniência de serviço.

Foi autorizado a Clara Sofia de Sousa dos Santos o contrato administrativo de provimento como encarregada de trabalhos, em regime de tempo parcial a 50 %, no período de 10 de Março a 15 de Setembro de 2006, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal ilíquida de € 474,83, por urgente conveniência de serviço.

Foi autorizado a Luís António Ferreira Moita o contrato administrativo de provimento como encarregado de trabalhos, em regime de tempo parcial a 50 %, no período de 10 de Março a 15 de Setembro de 2006, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal ilíquida de € 474,83, por urgente conveniência de serviço.

19 de Julho de 2006. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 16 046/2006

Por despacho de 12 de Junho de 2006 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, em substituição, foi autorizado a Fabíola Alexandra de Sousa Ferreira o contrato administrativo de provimento como técnica profissional de 2.ª classe de biblioteca e documentação, para exercer funções na Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto, por um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, com efeitos a partir da data da presente publicação no *Diário da República*.

20 de Julho de 2006. — Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 16 047/2006

Por despacho de 4 de Julho de 2004 do presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, foi a Vanda Patrícia da Costa Martins, encarregada de trabalhos, em regime de contrato administrativo de provimento, da Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal deste Instituto Politécnico, autorizado o contrato administrativo de provimento como estagiária da carreira técnica superior, por um ano, com efeitos a partir da data da presente publicação no *Diário da República*, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

20 de Julho de 2006. — Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 16 048/2006

Por despacho de 13 de Julho de 2004 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, em substituição, foi autorizado a Cláudia Marisa Alves Fernandes do Valle Santos Gamito, assistente administrativa principal, em regime de contrato administrativo de provimento, da Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal, deste Instituto Politécnico, o contrato administrativo de provimento